

O Conflito na Iugoslávia e as Nações Unidas: Uma Visão Analítica¹

Valério Stumpf Trindade*

Resumo de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)

A Península Balcânica é, historicamente, uma das mais conturbadas e complexas áreas do planeta. Lá a Europa Ocidental, a Ásia e a Europa Oriental fazem fronteiras, gerando profundas contradições culturais; lá a Igreja Católica encontra a Ortodoxa e o Islamismo; lá o alfabeto romano divide espaços com o cirílico.

Nesse complexo espaço geográfico, a violenta guerra travada na ex-Iugoslávia balançou muitas das crenças em relação à paz e à segurança da *Era pós-Guerra Fria*. Durante mais de quatro anos, a comunidade in-

ternacional, através de diversos organismos, empreendeu todos os esforços possíveis no sentido de deter a devastação da Iugoslávia.

No presente artigo analisaremos o conflito balcânico, partindo da história da região, investigando suas causas e identificando a ação das Nações Unidas, na busca de uma melhor compreensão do processo de desintegração da Iugoslávia.

BREVE HISTÓRIA DOS BÁLCÃS

Os primeiros eslavos de que se tem notícia na região atravessaram o rio Danúbio em direção aos Bálcãs somente no século VI. Poucos anos mais tarde, duas outras tribos, também eslavas, en-

travam em cena: a dos sérvios e a dos croatas.

Os croatas emigraram da chamada Croácia Branca, atual Ucrânia, para a costa da Dalmácia, no Adriático. No século VII, chegaram os sérvios, provenientes da Lusácia, região da atual República Tcheca. Apesar de emigrarem de regiões diferentes, sérvios e croatas possuem uma história comum: eram originários, em tempos mais remotos, das tribos eslavas do norte do Cáucaso, que sofreram influência da cultura iraniana.

Sérvios e croatas, apesar de uma mesma origem eslava e de um idioma comum, logo se diferenciaram. Os sérvios, no final do século IX, convertiam-se ao cristianismo bizantino, en-

* Major de Cavalaria e Estado-Maior.
¹ Selecionado pelo PADECEME.

quanto os croatas adotavam o catolicismo.

No século VII, os croatas estabeleceram-se numa área correspondente ao norte da atual Iugoslávia, criando um Estado independente, que incorporava um outro povo: o esloveno. Em 1102, o Estado Croata, juntamente com a Bósnia, foi anexado ao Reino da Hungria e, mais tarde, ao Império dos Habsburgos.

De 1180 a 1463, com algumas interrupções, a Bósnia emergiu como um reino soberano. Foi durante essa época que a Bósnia conquistou, pela única vez em sua história, a condição de *Estado independente*. No final do século XIII, os sérvios tornaram-se hegemônicos em grande parte dos Balcãs.

No século XIV, o Império dos Habsburgos incluía, nos Balcãs, áreas que correspondem hoje aos territórios da Eslovênia, Croácia, Vojvodina e, a partir de 1878, também a Bósnia-Herzegovina.

Em meados do século XIV, as diferenças existen-

tes entre os povos balcânicos permitiram que os turcos otomanos conquistassem a região. Oriundos da Ásia Menor, os turcos invadiram os Balcãs através da Macedônia. A derrota imposta aos sérvios, em 1389, na *batalha de Kosovo*, e a queda de Constantinopla, em 1453, garantiram aos otomanos um amplo domínio sobre a Península Balcânica.

Os sérvios, após a derrota em Kosovo, fugiram em massa. Arsenijie III, patriarca sérvio, liderou 30.000 famílias para as áreas do Império dos Habsburgos, conhecidas hoje como Krajina e Vojvodina. Os sérvios, que haviam combatido contra os

invasores por séculos, eram soldados aguerridos, e o seu estabelecimento na orla sul do Império dos Habsburgos criava uma cortina de proteção ao reino que os acolhia, barrando o avanço otomano. Tal migração explica a existência dos enclaves sérvios da Krajina e Eslavônia, localizados no interior da área croata² e o fato de os sérvios hoje serem minoria no Kosovo, região considerada *o coração do antigo Reino da Sérvia*.

A dominação otomana durou quase cinco séculos, tendo quase chegado a Viena, ameaçando a Europa Ocidental. No século XIX, entretanto, o Império Otomano começou a declinar. Ao mes-



Figura A – Os Impérios Otomano e Austro-Húngaro, 1815.

² A Krajina e Eslavônia correspondiam, a grosso modo, às UNPAs (*United Nations Protected Areas*), estabelecidas no Plano Vance (ver Fig. 2). Uma das principais causas do conflito sérvio-croata consistia na disputa por essas áreas. (A.1)

mo tempo, há o despertar de um nacionalismo nos povos balcânicos. A Figura A representa as fronteiras entre os Impérios Otomano e Austro-Húngaro, em 1815.

Em 1878, em decorrência do *Tratado de São Estefano*, um Estado sérvio independente estabelecia-se ao norte, em torno de Belgrado, e um Estado grego, ao sul, em Atenas. No mesmo ano, o Império Austro-Húngaro, aproveitando-se da fraqueza dos turcos, anexava a Bósnia ao seu território, sob protesto sérvio.

Durante a dominação otomana, alguns povos da região; em especial os albaneses e os bósnios da parte central dos Bálcãs assimilaram a religião muçulmana. Os bósnios, também eslavos, professavam uma fé cristã-herética, tendo sido perseguidos por católicos e ortodoxos. Sob a dominação otomana, converteram-se ao Islã. O reconhecimento dos muçulmanos como nação, no entanto, só ocorreria em 1974, no governo de Tito. Talvez este seja um dos poucos povos no mundo identificados apenas por sua religião, e não por sua etnia ou idioma.

A experiência dos croatas, eslovenos e sérvios

da Vojvodina, integrados ao Império dos Habsburgos, foi bastante diferente. As fronteiras com o império rival, o Otomano, eram bastante fortificadas. Por consequência, foram expostos basicamente a uma influência ocidental.

Os conflitos balcânicos do início do século XX tiveram uma influência importante nos fatos que levariam à criação da Iugoslávia. A Primeira e a Segunda Guerras Balcânicas (1912-13) levaram à expulsão dos turcos da região, tornando a Sérvia hegemônica. A partir daí, passou-se a sonhar com a união de todos os *eslavos do sul* em um mesmo Estado.

Em 1908, a Áustria-Hungria tornou definitiva a ocupação da Bósnia-Herzegovina, anexando-a formalmente ao seu território. Os sérvios, descontentes, lançaram uma ampla campanha para desestabilizar a região.

A 28 de julho de 1914, data comemorativa da derrota sérvia em Kosovo (1389), o Arquiduque Franz Ferdinand, herdeiro do trono austríaco, e a sua esposa, durante uma visita a Sarajevo, foram assassinados por um estudante sérvio. Descendiam-se os even-

tos que culminariam na Primeira Guerra Mundial.

Com a queda do Império Austro-Húngaro, ao final da Guerra, e em virtude das pressões internacionais que atendiam, particularmente, aos interesses das elites sérvias, formou-se uma federação, a Iugoslávia - *a terra dos eslavos do sul*. Criada em dezembro de 1918, reunia a Eslovênia, a Croácia, a Vojvodina, a Dalmácia e a Bósnia-Herzegovina, territórios anteriormente pertencentes ao Império Austro-Húngaro, com o Reino da Sérvia e de Montenegro, que abrangia, ainda, as províncias do Kosovo e da Macedônia.

A criação da Iugoslávia desconsiderava as diferenças étnicas, religiosas e culturais existentes entre os 12 milhões de habitantes do novo país. Unia-os, basicamente, uma mesma origem racial - eram, em sua grande maioria, eslavos. Além disso, falavam, com pequenas variações e diferentes alfabetos, um mesmo idioma - o servo-croata.

Na primavera de 1941, os nazistas invadiram a Iugoslávia, conquistando-a em 11 dias. Um governo fantoche fascista, denominado *ustasha*, foi criado por



Figura B – A Iugoslávia de Tito

Hitler na Croácia, tendo à testa o ditador Ante Pavelic. A ideologia *ustasha*, anti-semita, tinha como objetivo principal “solucionar” o problema da minoria sérvia na Croácia e na Bósnia-Herzegovina.

Uma sangrenta guerra civil se seguiu, envolvendo os *ustasha* e muçulmanos pró-Eixo, de um lado, os *partisans*, comunistas liderados por Tito, de outro e, ainda, os *chetniks*, sérvios monarquistas. Essa luta

tripartite concentrou-se, principalmente, na Bósnia-Herzegovina e custou, pelo menos, 1 milhão de vidas,³ ou seja, quase 10% da população iugoslava à época. Tais acontecimentos despertaram ódios que, de certa forma, perduram até os dias de hoje.

Com o término da Guerra, o *Tratado de Paris*, de 1947, devolveu, à Iugoslávia, as suas fronteiras de 1918. Internamente, os *partisans* emergiram como vitoriosos e o Gen Josip Broz, conhecido como Tito, transformou-se no novo Chefe de Estado. No seu

governo, tentou reduzir o nacionalismo, buscando uma unidade socialista entre os povos iugoslavos. O país foi dividido, conforme mostra a Fig. B, em seis repúblicas: a Sérvia, que abrangia as províncias de Vojvodina e Kosovo; a Croácia; a Eslovênia; a Bósnia-Herzegovina; Montenegro e a Macedônia. Essas divisões administrativas, no entanto, não coincidiam com a distribuição dos diversos grupos étnicos.

A Iugoslávia pareceu funcionar bem, por décadas, apesar dos problemas intrínsecos lá existentes. Tal su-

³ MALCOLM, Noel. *Bosnia a Short History*. 1994, p. 176.

cesso pode ser atribuído aos seguintes fatos:

* Tito, filho de pai croata e mãe eslovena, era uma personalidade verdadeiramente carismática, que se mantinha acima das querelas nacionalistas;

* Stalin, em 1948, ao expulsar a Iugoslávia do bloco comunista, uniu iugoslavos de todas as nacionalidades contra a chamada *ameaça soviética*;

* resultado da expulsão da Iugoslávia do bloco comunista foi a adoção, por Tito, de um sistema econômico dotado de maior liberdade, o que garantiu um crescimento econômico sustentado, com importante afluxo de capitais externos.

AS ORIGENS DO CONFLITO

A Crise Política

Em 1990, dois políticos de origens comunistas venciam as eleições: o General Franjo Tudjman, na Croácia, e Slobodan Milosevic, um ex-bancário, na Sérvia. Eram as personalidades mais fortes das duas principais repúblicas da Iugoslávia, e destacavam-se por uma postura nacionalista exacerbada. Tais lideranças contrastavam, de forma

acentuada, com a fraqueza do Presidente da Federação Iugoslava, Borisov Jovic.

Milosevic estava comprometido com uma agenda centralizadora, que defendia a substituição da autonomia das repúblicas da Federação, construída por Tito, por um Estado unitário, dominado pelos sérvios.

A desintegração da Liga dos Comunistas e a divisão dos políticos iugoslavos em partidos nacionais (entenda-se "étnicos") inviabilizou a estratégia de Milosevic para assumir o controle da Iugoslávia através da estrutura comunista existente e do governo federal. Como não era possível controlar a Iugoslávia como uma única entidade, Milosevic buscou a formação da *Grande Sérvia*.

Tal postura gerou uma forte reação nas demais repúblicas, que se uniram na condenação da política do presidente sérvio. Restavam-lhes duas alternativas: ou reconhecer a supremacia sérvia na Iugoslávia ou desenvolver suas próprias agendas nacionalistas.

A Doutrina de Segurança Iugoslava

O Exército Popular da Iugoslávia (EPI) surgiu da transformação das forças

partisans de Tito, que terminaram vitoriosas após a Segunda Guerra Mundial. As táticas da guerrilha *partisan* seriam incorporadas ao esquema de defesa nacional e teriam particular influência na formulação da estratégia defensiva iugoslava, após o rompimento com a União Soviética, em 1948.

Com a intervenção do Pacto de Varsóvia na Tchecoslováquia, em 1968, o governo iugoslavo adotava o conceito da *Defesa Nacional Total*, criando as Forças de Defesa Territorial (FDT) – um grande contingente de reservistas, treinado e equipado para realizar a defesa territorial, em caso de agressão externa.

As FDT, em teoria, poderiam, em tempo de guerra, mobilizar 1,5 milhão de homens, cujo armamento estaria disponível nos diversos distritos militares. Desse modo, os iugoslavos eram preparados para enfrentar uma agressão externa, empregando táticas de guerrilha. No período da Guerra Fria, tais características fizeram a credibilidade desse sistema de defesa em face da ameaça soviética. Quando dos distúrbios civis, todavia, criaram as condições para a eclosão de

uma violenta guerra civil, graças à existência de grande número de reservistas com acesso às armas.

Para croatas, eslovenos, macedônios e muçulmanos, o EPI não era, efetivamente, uma instituição de caráter nacional (54% dos oficiais eram sérvios e 96% pertenciam à Liga dos Comunistas). Representava, ao contrário, os interesses sérvios. Assim, quando os conflitos étnicos explodiram, o EPI não granjeou a credibilidade que lhe permitisse atuar de uma forma considerada imparcial. Por outro lado, a estruturação das FDT garantia a milicianos de todas as etnias o equipamento necessário para a guerra.

Os Antecedentes da Guerra

Até a declaração de independência da Eslovênia e da Croácia, em junho de 1991, o EPI era a última instituição federal do período do Marechal Tito ainda em funcionamento e já estava imerso em profunda crise. A Liga dos Comunistas estava desintegrada como organização política, e não havia um partido que estabelecesse uma ponte entre as diferentes facções existentes, todas de base étnica.

Após a morte de Tito, em 1980, a presidência coletiva, que assumiu o poder de fato e de direito, foi incapaz de agir, devido às divisões em seus próprios quadros, que refletiam a tensão existente entre as seis repúblicas e as duas províncias iugoslavas.

Em 1990, a Iugoslávia entrava numa profunda crise econômica, com uma importante redução do PNB e uma inflação que atingia os 2.000% ao ano, e a situação continuava a se deteriorar, agravada por uma crescente agitação civil. Estava claro que um dos principais vetores geradores de tensões étnicas era o colapso econômico.

A queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim tanto da Guerra Fria quanto da bipolaridade ideológica teriam um importante impacto na Península Balcânica. Desapareciam, de uma hora para outra, as pressões externas que impediam a implosão da Iugoslávia e, ao mesmo tempo, despertavam, tanto no Leste Europeu como nos Bálcãs, sentimentos nacionalistas. As pressões para a democratização da Iugoslávia afloravam com toda intensidade.

Ao mesmo tempo, a Alemanha que, historicamente,

sempre esteve ligada, por laços econômicos e culturais, à Eslovênia e à Croácia, com a instabilidade da Península Balcânica, buscou ampliar sua esfera de influência. Quando os governos de Zágreb e Ljubliana declararam a independência, o governo alemão fez por exercer a sua liderança na região, pressionando a Comunidade Européia (CE) a um rápido reconhecimento desses novos governos, sem levar em consideração a questão da minoria sérvia na Croácia.

Apoiadas por Berlim, Eslovênia e Croácia buscavam a independência, enquanto a Sérvia, juntamente com Montenegro, estavam comprometidos com o sistema federal vigente. A Bósnia-Herzegovina, um microcosmo da diversidade étnica iugoslava, buscava um federalismo moderado — uma posição entre os dois extremos.

A movimentação croata na direção da declaração formal de sua independência, a partir do início de 1991, em reação ao centralismo de Milosevic, fez com que aumentasse, dramaticamente, o nível de tensão étnica entre os 4 milhões de croatas e os 600.000 sérvios.

A 12 de maio de 1991, os enclaves de maioria

sérvia na Croácia realizaram um plebiscito, cujo resultado indicava que 99% da população eram favoráveis à secessão e a uma conseqüente união à Sérvia. A Krajina, a Eslavônia Ocidental e a Eslavônia Oriental preparavam-se para deixar a Croácia, transformando-se num *barril de pólvora*, pronto para explodir numa guerra civil.

A agitação étnica revivia, na memória de todos, os sangrentos episódios da Segunda Guerra Mundial, quando o confronto entre *chetniks*, *ustasha* e *partisans* levou à morte quase 10% da população iugoslava. Tais acontecimentos seriam, ainda, potencializados por uma imprensa partidária, que acirrava os ânimos.

Com a exacerbação do nacionalismo, ocorria a criação de grupos paramilitares nas diversas repúblicas, sob a subordinação das polícias locais. O Exército Popular da Iugoslávia via-se ameaçado com a criação de tais forças, que consistiam numa séria ameaça a sua legitimidade e à integridade da Federação Iugoslava.

Uma grave crise política e econômica, a existência de

lideranças que lutavam por políticas nacionalistas, uma imprensa incendiária, o despertar de ódios históricos, levando a uma crescente tensão étnica e à existência de milícias armadas: estavam presentes os elementos necessários ao desencadeamento da guerra civil.

Uma grave crise política e econômica, a existência de lideranças que lutavam por políticas nacionalistas, uma imprensa incendiária, o despertar de ódios históricos, levando a uma crescente tensão étnica e à existência de milícias armadas: estavam presentes os elementos necessários ao desencadeamento da guerra civil.

O CONFLITO NA CROÁCIA E AS NAÇÕES UNIDAS

A Eclosão da Guerra

A República da Croácia, uma das mais ricas da ex-Iugoslávia, possuía, em 1991, uma população de cerca de 4,9 milhões de habitantes, ocupando uma área de 56.500 km². A minoria sérvia ali residente, cerca de 600.000 habitantes, encontrava-se concentrada em

enclaves adjacentes à Bósnia e à Vojvodina: os territórios da Krajina, Eslavônia Ocidental e Eslavônia Oriental, que correspondiam a cerca de 17.000 km², ou seja, uma terça parte da Croácia.

A existência dessa importante minoria sérvia, agravada pelo fato de estar concentrada em enclaves, provocou um impasse na questão da independência croata.

Com a declaração unilateral de independência da Croácia, em junho de 1991, o movimento dos sérvios transformou-se numa luta, que visava ao estabelecimento de uma região autônoma. Assim, tendo como argumento a necessidade de evitar a repetição do *genocídio do povo sérvio na Croácia* e contando com apoio do governo da Sérvia, em setembro de 1991, foi estabelecida a Região Autônoma Sérvia da Krajina (RSK), conforme se vê na Fig. C.

O governo croata, evidentemente, não reconheceu a autonomia da Krajina e partiu para a repressão, enviando tropas policiais para a área, a fim de restabelecer a ordem legal. Tal ação deixava as primeiras vítimas.

sérvia na Croácia realizaram um plebiscito, cujo resultado indicava que 99% da população eram favoráveis à secessão e a uma consequente união à Sérvia. A Krajina, a Eslavônia Ocidental e a Eslavônia Oriental preparavam-se para deixar a Croácia, transformando-se num *barril de pólvora*, pronto para explodir numa guerra civil.

A agitação étnica revivia, na memória de todos, os sangrentos episódios da Segunda Guerra Mundial, quando o confronto entre *chetniks*, *ustasha* e *partisans* levou à morte quase 10% da população iugoslava. Tais acontecimentos seriam, ainda, potencializados por uma imprensa partidária, que acirrava os ânimos.

Com a exacerbação do nacionalismo, ocorria a criação de grupos paramilitares nas diversas repúblicas, sob a subordinação das polícias locais. O Exército Popular da Iugoslávia via-se ameaçado com a criação de tais forças, que consistiam numa séria ameaça a sua legitimidade e à integridade da Federação Iugoslava.

Uma grave crise política e econômica, a existência de

lideranças que lutavam por políticas nacionalistas, uma imprensa incendiária, o despertar de ódios históricos, levando a uma crescente tensão étnica e à existência de milícias armadas: estavam presentes os elementos necessários ao desencadeamento da guerra civil.

Uma grave crise política e econômica, a existência de lideranças que lutavam por políticas nacionalistas, uma imprensa incendiária, o despertar de ódios históricos, levando a uma crescente tensão étnica e à existência de milícias armadas: estavam presentes os elementos necessários ao desencadeamento da guerra civil.

O CONFLITO NA CROÁCIA E AS NAÇÕES UNIDAS

A Eclosão da Guerra

A República da Croácia, uma das mais ricas da ex-Iugoslávia, possuía, em 1991, uma população de cerca de 4,9 milhões de habitantes, ocupando uma área de 56.500 km². A minoria sérvia ali residente, cerca de 600.000 habitantes, encontrava-se concentrada em

enclaves adjacentes à Bósnia e à Vojvodina: os territórios da Krajina, Eslavônia Ocidental e Eslavônia Oriental, que correspondiam a cerca de 17.000 km², ou seja, uma terça parte da Croácia.

A existência dessa importante minoria sérvia, agravada pelo fato de estar concentrada em enclaves, provocou um impasse na questão da independência croata.

Com a declaração unilateral de independência da Croácia, em junho de 1991, o movimento dos sérvios transformou-se numa luta, que visava ao estabelecimento de uma região autônoma. Assim, tendo como argumento a necessidade de evitar a repetição do *genocídio do povo sérvio na Croácia* e contando com apoio do governo da Sérvia, em setembro de 1991, foi estabelecida a Região Autônoma Sérvia da Krajina (RSK), conforme se vê na Fig. C.

O governo croata, evidentemente, não reconheceu a autonomia da Krajina e partiu para a repressão, enviando tropas policiais para a área, a fim de restabelecer a ordem legal. Tal ação deixava as primeiras vítimas,

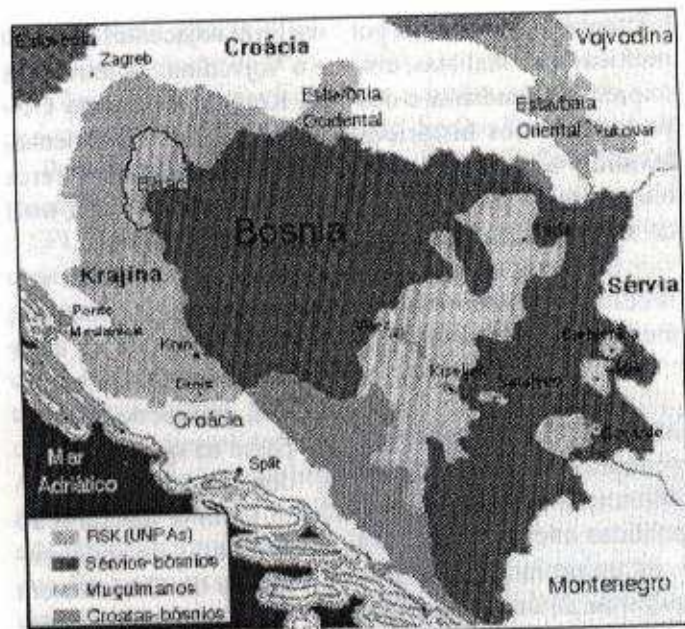


Figura C – A região do conflito.

Pouco a pouco, os choques, inicialmente esporádicos, tornaram-se mais frequentes. No final de julho de 1991, o conflito já estava disseminado a cerca de um terço do território croata e continuava a se estender.

A 9 de novembro, o governo iugoslavo enviou uma carta ao Secretário Geral do Conselho de Segurança da ONU, solicitando, formalmente, o envio de uma força internacional à região, para separar as partes em conflito e garantir a segurança da população da Krajina, no território da Croácia.

A 19 de dezembro de 1991, os sérvios declararam

a independência da Krajina, adotando a sua primeira constituição.

O Envolvimento das Nações Unidas

A crise na Iugoslávia deixava à mostra as ambigüidades da chamada Comunidade Internacional. A CE estava, por um lado, disposta a demonstrar a sua capacidade em resolver os problemas europeus; por outro, imaginava que, se a situação se deteriorasse, os EUA tomariam a liderança na busca de uma solução para o conflito, como sempre o fizeram, desde o final da Segunda Guerra Mundial. As

Nações Unidas e a CE levaram algum tempo para compreender que os EUA ainda não estavam dispostos a exercer a sua liderança, na medida em que não havia ameaça a seus interesses nacionais. A crise do Golfo Pérsico, possivelmente, teria colocado a questão balcânica num segundo plano na diplomacia das Grandes Potências, retardando a sua ação.

Em setembro de 1991, o Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU), em resposta à pressão internacional, adotou a resolução 713, que estabelecia *um embargo geral e completo de todas as remessas de armamento e equipamento militar à Iugoslávia*.⁴ Em 1992, com o agravamento da guerra, o embargo era ampliado pela resolução 757, impondo amplas sanções econômicas contra a então República Federal da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro), que ficava comercialmente isolada, impedida de importar e exportar.

A 2 de janeiro de 1992, após inúmeras tentativas,

⁴ UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PUBLIC INFORMATION, *The United Nations and the Situation in the Former Yugoslavia*, 1995, p. 132.

era firmado, em Sarajevo, um acordo de cessar-fogo — o *Plano Vance*. Sua obediência pelas partes, em termos gerais, criou as condições necessárias para o envio de uma força de paz internacional para a região.

A 21 de fevereiro de 1992, o Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU) criava, pela resolução 743, a Força de Proteção das Nações Unidas, identificada como UNPROFOR (*United Nations Protection Force*). A UNPROFOR, pelo seu mandato, deveria garantir a desmilitarização das UNPAs (*United Nations Protected Areas*). O objetivo inicial era implementar o cessar-fogo, desenvolvendo a confiança entre as partes, de forma a criar condições para que uma solução permanente fosse negociada no campo político.

A UNPROFOR iniciou o seu desdobramento na região somente a partir de março de 1992, em virtude do retardo no envio das tropas para os Bálcãs. Desde logo, surgiram dificuldades em relação aos limites das UNPAs. Seu traçado fora estabelecido em novembro de 1991, nas negociações mediadas por Cyrus Vance; o efetivo desdobramento das

tropas da UNPROFOR, todavia, só ocorreu 4 meses após. Nesse ínterim, a guerra continuava causando flutuações na “linha de cessar-fogo”.

As regiões compreendidas entre os limites originais do Plano Vance e a “linha de cessar-fogo”, de março, de 1992 ficaram conhecidas como *Pink Zones*. Tais áreas tornar-se-iam, no futuro, foco de intermináveis discussões e motivo para o reinício de hostilidades.

O Acordo de Zágreb e a Queda da República da Krajina

Visando a resolver a questão das *Pink Zones*, que fora motivo do reinício de hostilidades e buscando criar condições para uma paz duradoura, foi mediado, pela UNPROFOR, um acordo, assinado a 29 de março de 1993, em Zágreb.

No plano militar, o *Acordo de Zágreb* foi implementado com êxito, no campo político, entretanto, não houve desdobramentos que trouxessem soluções às questões em pauta. Em poucos meses, a situação se deteriorava uma vez mais. Os comboios da UNPROFOR passaram a ser bloqueados por grupos de refugiados

croatas, que barravam os acessos às UNPAs.

O governo de Zágreb parecia querer mostrar, à Comunidade Internacional, que só lhe restava a solução armada; afinal a UNPROFOR não era capaz de reintegrar as UNPAs ao território croata. Era a preparação política e diplomática para a retomada dos territórios croatas sob o controle sérvio.

Esgotadas as opções diplomáticas, restava a Zágreb usar da força ou resignar-se com a perda de uma importante parcela do seu território. Com a reorganização do Exército Croata e o enfraquecimento do Sérvio, a opção militar tornava-se, cada vez mais, viável. Na realidade, a ação da ONU criara condições para tanto. Os croatas, livres em seu comércio externo, reforçavam seu exército, enquanto os sérvios estavam sujeitos ao embargo comercial.

Assim, a partir de maio de 95, os croatas retomaram, sucessivamente, a Eslavônia Ocidental e a Krajina. Os sérvios, cada vez mais fracos, responderam bombardeando Zágreb, sendo, no entanto, incapazes de realizar uma contra-ofensiva. Restava-lhes apenas a Esla-

vônia Oriental que, em meados de novembro de 1995, sob pressão dos EUA, seria cedida pela via diplomática.

Resultados da Ação da UNPROFOR

Não obstante a presença de forças das Nações Unidas na região por mais de três anos, não foi possível encontrar uma saída diplomática para a questão da independência croata e da minoria sérvia. A UNPROFOR logrou, apenas, manter o conflito numa baixa intensidade, evitando o envolvimento de outros Estados e participando do apoio humanitário aos refugiados.

A reintegração da RSK à Croácia, por meios pacíficos, era, de fato, muito difícil. Uma "limpeza étnica" fora, praticamente, completa da tanto nas UNPAs como na Croá-

cia; as minorias, em ambos os lados, ou foram expulsas ou fugiram, temendo perseguições – suas casas foram destruídas, para que não mais pudessem retornar aos seus lares.

A conquista da Eslavônia

Occidental e da Krajina e a cessão da Eslavônia Oriental aos croatas pareciam resolver a questão. Os croatas recuperavam o seu território, os sérvios ficariam livres do embargo comercial.

Num contexto mais amplo, a queda da RSK viria alterar o balanço de poder nos Bálcãs. Estava claro que o sonho da *Grande Sérvia* estava acabado. Estavam abertos, pela força das armas, novos caminhos para o estabelecimento da paz nos Bálcãs. E a UNPROFOR não tomara parte.

O CONFLITO NA BÓSNIA-HERZEGOVINA

A Bósnia-Herzegovina

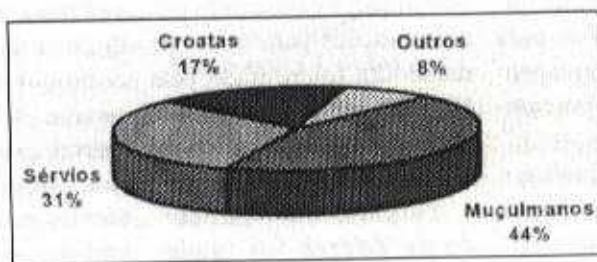


Figura D – A distribuição étnica na Bósnia-Herzegovina.

É na Bósnia-Herzegovina, mais do que qualquer outra região da ex-Iugoslávia, onde se concentram as diferenças culturais e religiosas existentes entre os povos balcânicos. Ali, convergem as influências do Oci-

dente e do Oriente. Ali, o Islamismo, o Cristianismo e o Ortodoxismo convivem intimamente.

Sérvios, muçulmanos e croatas, uma população de cerca de 4,5 milhões, dividem um território montanhoso nos Alpes Dinárticos, de cerca de 51.000 km², percentualmente distribuídos tal como demonstra a Fig. D. Os muçulmanos, mais voltados para as atividades comerciais, viviam nas cidades, enquanto os sérvios, mais ligados à agricultura, na zona rural. Quando da eclosão da guerra, tal distribuição étnica veio, por um lado, facilitar aos sérvios um rápido controle de grande parte do território bósni-

por outro, tornou inviável a divisão da Bósnia-Herzegovina por meios pacíficos.

A Bósnia, por sua multiplicidade étnica, cultural e religiosa, talvez tenha sido

o único verdadeiro retrato da Iugoslávia sonhada por Tito

A Eclosão do Conflito

A declaração de independência da Croácia e da Eslovênia, em junho de 1991, colocava a Bósnia

beira de um abismo. Ao governo de Sarajevo restavam três alternativas, porém nenhuma delas configurava uma solução: (1) permanecer numa Iugoslávia controlada por Milosevic e pelos sérvios; (2) aceitar a divisão da Bósnia entre croatas e sérvios, como sugeriam Tudjman e Milosevic;⁵ (3) buscar o reconhecimento internacional, como um Estado independente. Os croatas e muçulmanos consideravam inaceitável a primeira proposição; os muçulmanos, a segunda; os sérvios, a terceira. Tal dilema surgia no pior momento, quando a radicalização de sérvios e croatas atingia seu apogeu, em face do trauma da guerra.

Diante desse impasse, o presidente bósnio Alija Izetbegovic, um muçulmano secular, procurou, de todas as formas, uma posição intermediária entre o secessionismo de Tudjman e o centralismo de Milosevic. Juntamente com o Presidente da Macedônia, Kiro Gligorov, Izetbegovic defen-

dia a transformação gradual da Iugoslávia numa Confederação. O plano Gligorov-Izetbegovic afigurava-se como o único caminho que poderia ter solucionado pacificamente a crise dos Balcãs.

O reconhecimento da Croácia e da Eslovênia pela Comunidade Internacional, no entanto, precipitou a marcha dos acontecimentos. Izetbegovic foi instado a seguir um caminho semelhante ao da Croácia, incorrendo no mesmo erro de Tudjman, ao lutar pela independência sem um prévio acordo com os sérvios. Tais eventos tinham reflexos de uma política da Comunidade Européia, que atendia a interesses germânicos.

A guerra na Bósnia eclodiu em Sarajevo, a 4 de abril de 1992 – data escolhida intencionalmente pelos sérvios, sob a liderança de Radovan Karadzic, para coincidir com o fim de semana que antecedia o reconhecimento da independência da Bósnia-Herzegovina pela CE.

O Envolvimento da ONU e o Conflito

Diferentemente do que ocorrera na Croácia, onde as forças da ONU só foram

desdobradas após demoradas negociações, na Bósnia a intervenção das Nações Unidas ocorreu em face de circunstâncias conjunturais, sem que fossem obtidas as condições necessárias para a realização de Operações de Manutenção da Paz.

A ONU viu-se envolvida na Bósnia-Herzegovina em decorrência direta da presença do quartel-general da UNPROFOR em Sarajevo. Com o isolamento da capital bósnia, em virtude do cerco sérvio, e sofrendo forte pressão internacional, o General Lewis MacKenzie, então Chefe do Estado-Maior da UNPROFOR, negociou, em junho de 1992, em nível local, um cessar-fogo, que não seria efetivamente implementado, a fim de permitir a reabertura do Aeroporto de Sarajevo, vital para o abastecimento da cidade.

Em seqüência, o CS/ONU, pela resolução 761, autorizou o desdobramento de forças adicionais, a fim de garantir a segurança e o funcionamento do Aeroporto, que passaria a operar, a partir de então, com frequentes interrupções, causadas por ações hostis.

A UNPROFOR era, assim, incumbida de uma Operação de Manutenção de

⁵ Em março de 1991, os Presidentes Milosevic e Tudjman realizaram uma série de encontros bilaterais, onde concluíram pela divisão da Bósnia-Herzegovina entre sérvios e croatas. [A.]

Paz, onde não havia paz a ser mantida – e pior, não havia um plano viável para a Bósnia. Restava a opção pela ajuda humanitária.

Em setembro, com a deterioração da situação na Bósnia, o CS/ONU adotou a resolução 776, que previa o desdobramento da UNPROFOR em 5 áreas, a fim de proteger os comboios de ajuda humanitária do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Tal operação permitiu a entrega de suprimentos em 110 localidades, beneficiando cerca de 800.000 refugiados.

Em março de 1995, cerca de 22.000 homens da UNPROFOR estavam desdobrados na Bósnia, de um total de 39.000 homens. As forças das Nações Unidas, no entanto, estavam reféns de resoluções políticas, tomadas em gabinete, que não podiam ser implementadas no campo militar.

A Evolução do Conflito

O conflito na Bósnia-Herzegovina, por suas características, teve um pesado impacto na população civil. Estimativas do ACNUR indicavam que, como decorrência da guerra, cerca de 200.000 pesso-

as morreram, e outras 2,8 milhões passaram à condição de refugiadas.

Os sérvios, logo de início, conquistaram grande parte do território bósnio – cerca de 60%, conforme se vê na Fig. D – tendo estabelecido, em Pale, a 20 km de Sarajevo, a sede do seu governo. Em consequência, formaram-se os enclaves muçulmanos de Sarajevo, Gorazde, Zepa, Srebrenica e Bihac, os quais não tinham condições de resistir ao cerco sem a ajuda das organizações internacionais. Foram essas organizações humanitárias, sob proteção da UNPROFOR, que garantiram a sobrevivência do conflito, na expectativa de uma solução diplomática. Não fosse a presença da UNPROFOR, a guerra já estaria terminada, com a derrota total dos muçulmanos, em face das forças sérvias.

Por outro lado, o embargo de armamentos, imposto à Iugoslávia, foi estendido a todas as suas repúblicas. A Bósnia-Herzegovina foi a mais prejudicada delas, pois foi-lhe negado o direito de defesa, já que não dispunha de armas. Os sérvios-bósnios, apoiados pelo poderoso EPI, pouco sofreram, pois

grande parte da indústria bélica iugoslava estava localizada em áreas sob seu controle.

O conflito na Bósnia, por sua complexidade, apresentava, a cada região, um cenário diferente. Foi em Sarajevo que adquiriu sua fisionomia mais dramática. A presença da imprensa internacional, que cobria com detalhes cada massacre ocorrido, somada ao jogo político dos governos de Sarajevo e Pale, fizeram da capital cultural da ex-Iugoslávia um trágico foco de atenções. O ciclo vicioso das retaliações consistia num dos principais problemas. A cada ação dos muçulmanos, os sérvios reagiam em larga escala, de forma desproporcional, empregando artilharia e lançadores múltiplos.

De um balanço das forças presentes em Sarajevo, podia-se concluir por um equilíbrio. Os sérvios, em menor efetivo, não dispunham de Infantaria suficiente para tomar a cidade e usavam do velho ditado da doutrina militar iugoslava: *nunca envie um soldado onde uma granada de Artilharia pode ir primeiro*. Aos muçulmanos, por outro lado, não faltavam soldados: todos os habitantes, cerca de

300.000, estavam envolvidos na defesa de sua cidade. Não possuíam, entretanto, o equipamento militar necessário para romper o cerco.

Em termos militares, o cerco a Sarajevo era ineficiente, na medida em que a população era suprida pelo esforço humanitário empreendido pelo ACNUR. Em tese, nessas condições, a guerra em Sarajevo poderia durar indefinidamente.

Em julho de 1995, os sérvios, buscando pressionar o governo de Sarajevo a uma solução negociada, retomaram a ofensiva. Em rápida operação, conquistaram os enclaves muçulmanos de Srebrenica e Zepa. A Comunidade Internacional reagiu, prometendo represálias, caso Gorazde, a última das Áreas de Segurança do leste bósnio, fosse atacada.

A reação era inócua, pois os sérvios estavam satisfeitos com as suas conquistas territoriais. O impasse, no entanto, persistia, porquanto o governo de Sarajevo buscava a integridade territorial da Bósnia, e o de Pale, a sua divisão.

Os Resultados da Presença da UNPROFOR

Após mais de quatro anos de presença das Nações

Unidas nos Bálcãs, os resultados contabilizados eram limitados; já os custos humanos e financeiros, a serem arcados pelas Nações Unidas, bastante expressivos. Até março de 1995, 149 militares haviam perdido a vida e outros 1.366 haviam sido feridos; os custos de manutenção da missão estavam orçados em 1,7 bilhão de dólares/ano.

Claro está que não se pode medir resultados sem considerar os objetivos propostos. A ação da UNPROFOR na Bósnia jamais pretendeu substituir as negociações políticas. Ao contrário, num cenário de guerra civil, era pretensão: conter o conflito, evitando que se estendesse a outras áreas; prestar ajuda humanitária, em particular aos grupos mais vulneráveis; e, ao mesmo tempo, proporcionar condições à realização das negociações de paz, mediante conflitos em nível local e implementando os acordos assinados. Com o agravamento do conflito, contudo, inúmeras outras resoluções do CS/ONU foram adotadas, muitas delas impossíveis de serem implementadas.

Nesse contexto, foi alcançado algum êxito. A ma-

nutenção da segurança do Aeroporto de Sarajevo e, sobretudo, a escolta aos comboios do ACNUR, que transportavam ajuda humanitária, aliviaram o sofrimento de bósnios de todas as etnias. Além disso, o conflito foi mantido numa baixa intensidade e restrito à Bósnia. Conseguiu-se, através dessas ações, reduzir a crescente onda de refugiados iugoslavos, atendendo, particularmente, aos interesses dos países europeus. De fato, de acordo com dados do ACNUR, somente a Alemanha já acolhera mais de 300.000 refugiados da ex-Iugoslávia.⁶

Como se viu, a ONU adotou uma postura humanitária na Bósnia, atitude própria de Operações de Manutenção de Paz, a qual não era compatível com ações mais fortes, cujo objetivo fosse a imposição da paz. Assim, até setembro de 1995, quando os EUA assumiram a condução do problema, o emprego limitado das aeronaves da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) contra os

⁶ UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Information Notes on Former Yugoslavia*. 1994, p. 26.

sérvios revelava apenas a fraqueza da UNPROFOR e uma embaraçosa falta de objetivos estratégicos no trato da questão.

Em verdade, uma intervenção com fins humanitários é de pouca utilidade, se não puderem ser oferecidas soluções satisfatórias às questões fundamentais, como a autodeterminação, os direitos das minorias e as mudanças de fronteiras.

A Bósnia a Caminho da Paz

Em meados de 1995, o cenário do conflito nos Bálcãs apresentava importantes mudanças. Em agosto, o Congresso dos EUA, refletindo a posição da opinião pública, aprovou, de forma unilateral, o fim do embargo imposto ao governo bósnio. O terrível massacre praticado pelos sérvios contra a população muçulmana de Srebrenica, em julho de 1995, viria reforçar essa posição. O governo de Washington, contudo, foi forçado a vetar tal dispositivo legal, por pressão dos seus aliados, em particular França e Reino Unido, que tinham tropas na Bósnia e temiam o recrudescimento da guerra. O governo americano comprometia-se, as-

sim, a tomar uma posição mais efetiva em relação à questão.

No início de setembro de 1995, pela segunda vez, uma granada de morteiro atingiu o mercado de Sarajevo, provocando 37 mortes e mais de 80 feridos. A UNPROFOR, rapidamente, responsabilizou os sérvios pelo massacre: criava-se, então, o pretexto para a ação americana.

Sob a alegação de forçar os sérvios a retirar seu armamento pesado das cercanias de Sarajevo, a OTAN, sob a liderança dos EUA, desencadeava a maior operação militar realizada desde o início do conflito nos Bálcãs. Violentos bombardeios aéreos foram desencadeados, visando a modificar a posição sérvia no campo diplomático.

Croatas e muçulmanos, aproveitando-se da ação da OTAN, partiram para ofensiva, conquistando extensas áreas. Em outubro de 1995, controlavam cerca de 52% da Bósnia, ou seja, mais ou menos o que fariam jus pelo acordo a ser proposto pelos americanos.

A nova situação levou os sérvios-bósnios a adotarem uma postura diferente, afastando Karadzic das negociações e substituindo-o por

Milosevic. Esse foi um importante passo para a solução do conflito, pois o presidente sérvio, em virtude do impacto do embargo comercial à economia iugoslava, defendia, a essa altura, posições mais moderadas. A rápida mudança de posição dos sérvios, em consequência da pressão militar da OTAN, confirmava a assertiva: *a paz não será alcançada nos Bálcãs sem a ameaça da guerra.*

Em outubro de 1995, o governo dos EUA apresentava um novo plano de paz, que previa basicamente:

- * o fim do embargo comercial imposto à Sérvia, em troca do reconhecimento da Croácia e da Bósnia-Herzegovina;
- * o estabelecimento de um estado único na Bósnia, com um ténue poder central e dois governos distintos, um sérvio (49% do território) e outro muçulmano-croata (51% do território). Esses governos teriam o direito de estabelecer relações especiais com os países vizinhos, em particular, a Croácia e a Sérvia;
- * a unificação de Sarajevo, ficando sob controle do governo muçulmano;
- * o estabelecimento de um corredor para ligar o

enclave de Gorazde à Federação Muçulmano-Croata;

- o estabelecimento de uma faixa de 5 km de largura, ao sul de Brcko, o chamado Corredor de Posavina, para ligar as áreas sérvias.

A ambigüidade talvez tenha sido a característica que permitiu a aceitação do novo Acordo por todas as partes. Os sérvios tinham um estado autônomo, embora não soberano – a *Republika Sprska*; já os muçulmanos, pela planejada formação de um governo central multi-étnico em Sarajevo, haviam mantido a integridade territorial da Bósnia, ao menos no papel.

Para implementação do acordo, persistiam inúmeros óbices. Se a Federação Muçulmano-Croata, formada em fevereiro de 1994, ainda não existia de fato, avalie-se a dificuldade em restabelecer o governo multirracial da Bósnia, após uma guerra que deixara cerca de 200.000 mortos.

Os limites estabelecidos pelo mapa do *Acordo de Dayton* não coincidiam com a linha de contato. Havia a necessidade de passar áreas sob controle sérvio à Federação Muçulmano-Croata e vice-versa, o que, evidentemente implicaria uma pro-

funda reação da população prejudicada pela medida.

Para garantir o acordo e superar os óbices à sua implementação, a OTAN desdobraria uma força de 60.000 homens, a IFOR (*Implementation Force*), dos quais 20.000 americanos.

Assim, pela primeira vez, após quase quatro anos de guerra, havia um plano de paz consistente e viável para a Bósnia – o *Acordo de Dayton*.

CONCLUSÃO

Desde o começo do conflito nos Bálcãs, uma questão, acima de qualquer outra, despertou atenções: o que levou um país europeu a se desintegrar numa guerra com atrocidades em tão larga escala? Parece evidente que as cicatrizes deixadas pelo sangrento conflito étnico, ocorrido na Iugoslávia durante a Segunda Grande Guerra, não se curaram por completo, apesar dos esforços despendidos por Tito. Todavia, contrariamente ao que a imprensa tem veiculado, a luta na Iugoslávia não teve como componente principal essas antigas desavenças ou mesmo as diferenças religiosas: os ódios são relativamente recentes e, na

sua maior parte, se devem a uma manipulação política.

Além dos acontecimentos históricos, outros fatores conjunturais, mais relevantes, concorreram para a desestabilização político-social dos Bálcãs. Dentre esses, destacam-se: a crise econômica, que abalou a Iugoslávia no final dos anos 90; a busca da democratização, que se seguiu à queda da União Soviética e, particularmente, a atuação das lideranças políticas no sentido de exacerbar os sentimentos nacionalistas. Nenhum país da Europa Oriental demonstrou, tão claramente como a Iugoslávia, os riscos inerentes à democratização.

A desestabilização decorreu, por um lado, do desejo sérvio de consolidar um Estado no qual fosse dominante; por outro, da luta das minorias para escapar do jugo hegemônico de uma etnia. Nesse contexto, o projeto político de Milosevic, a *Grande Sérvia*, foi um dos principais fatores a gerar a instabilidade.

A partir da visão das causas do conflito, verifica-se que a guerra poderia ter sido evitada, pela formação de uma confederação, conforme queriam Gligorov e

Izetbegović. Faltou uma visão histórica por parte das lideranças das diversas facções, em particular Tudjman e Milosevic, que, preocupados com seu futuro político, arrastaram seus países à guerra.

As grandes potências, possivelmente com as suas atenções concentradas na crise do Golfo Pérsico, atuaram de forma tardia, quando não mais era possível evitar a guerra.

A avaliação dos resultados de uma missão dependerá, obviamente, de seus objetivos. Assim, na Croácia, houve um relativo sucesso, um cessar-fogo foi implementado, em linhas gerais e, por quatro anos, buscou-se uma solução diplomática, que não foi encontrada.

A consequência desse fracasso diplomático foi o reinício da guerra, porém com um novo balanço de forças. Os croatas, dessa vez mais fortes, lograram conquistar, pela via militar, quase a totalidade dos seus territórios ocupados – restava apenas a Eslavônia Oriental, que seria recuperada pela via da negociação.

Na Bósnia-Herzegovina, os sérvios, com sua enorme vantagem em termos de po-

der de fogo, já teriam forçado a rendição de Sarajevo, não fosse a presença das forças da ONU. O desdobramento da UNPROFOR na Bósnia, embora realizado sem as condições desejáveis, garantiu ajuda humanitária a centenas de milhares de refugiados e evitou a queda do governo muçulmano.

Talvez, a falha fundamental do Ocidente tenha sido olhar apenas os sintomas da guerra, não as suas causas. A natureza do projeto político de Milosevic, a *Grande Sérvia*, não foi compreendido em toda sua extensão. Insistia-se em tratar o conflito como uma questão essencialmente étnica ou militar, esquecendo-se do seu componente principal: o político.

Na verdade, a trajetória do conflito dos Bálcãs veio comprovar, uma vez mais, que as Nações Unidas e a chamada Comunidade Internacional ainda não estão prontas para prescindir da liderança dos EUA. Os caminhos que levaram à solução do conflito só começaram a se delinear a partir de uma tomada de posição por parte do governo americano.

O governo Clinton aproveitava-se de uma conjuntura favorável para seu plano

de paz. Os croatas haviam retomado a Krajina, os muçulmanos haviam perdido Zepa e Srebrenica, os sérvios estavam exauridos pelo embargo comercial imposto pela ONU – esses fatos não existiam quando as Nações Unidas estavam conduzindo o processo de paz.

Do conflito, saía como grande vencedora a Croácia de Tudjman, que ficara com seu território intacto e exerceria uma importante influência sobre a Federação Muçulmano-Croata. Ganhavam os sérvios-bósnios, que passavam a controlar 49% da Bósnia, com a formação da chamada *Republika Srpska*. Perdia Milosevic, que abandonara o sonho da *Grande Sérvia*, controlaria, no entanto, a Iugoslávia, agora composta pela Sérvia, Kosovo, Vojvodina e Montenegro. Perdia Izetbegovic, que via a Bósnia-Herzegovina ser dividida em províncias étnicas autônomas, embora mantivesse um governo central. O Estado multicultural que o governo muçulmano tentara preservar não existia mais.

Apesar dos inúmeros óbices ainda existentes, o *Acordo de Dayton* e o desdobramento na Bósnia-Herzegovina de tropas da

OTAN, trouxeram a paz aos Balcãs. A questão que ainda persiste é o momento da retirada dessas forças, que seguramente são fundamentais à estabilidade balcânica. A Bósnia, guardando as devidas proporções, talvez se transforme em um novo Chipre, onde as forças das Nações Unidas estão presentes desde 1964.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAVER, Paul. *Fanning de Flames of the Conflict: The Republics bid for arms*. Londres: Jane's Defense Weekly, 24 agosto de 1991.
- BEBLER, Anton. *The Armed Forces in the Yugoslav Conflict*. International Defense Review, abril de 1991.
- GLENNY, Misha. *The fall of Yugoslavia – The third Balkan War*. Inglaterra: Penguin Books, 1992, 188 p.
- KIPP, Jacob W. *The Yugoslav People's Army: Between Civil War and Desintegration*. Military Review, dezembro de 1991.
- MACKENZIE, Maj-Gen Lewis. *Peacekeeper The Road to Sarajevo*. Toronto: HarperCollins, 1994, 546 p.
- MALCOLM, Noel. *Bosnia a Short History*. Londres: Macmillan Limited, 1994, 340 p.
- NEWSWEEK. New York: The Washington Post Company. 1995. Semanal. Edições de maio a novembro de 1995.
- PERRY, Duncan M. *Macedonia: A Balkan Problem and a European Dilemma*. International Relations Research Report, Vol. 1, Nº 25, 19 de junho de 1992.
- POULTON, Hugh. *The Balkans Minorities and States in Conflict*. Londres: Minority Rights Publications, 1991.
- RAPORTEU, Sir Russell Johnston. *Western European Union Assembly Report: Lessons drawn from the Yugoslav conflict*. Bruxelas, novembro de 1993.
- RIPLEY, Tim. *Bosnia mission forces UN to grow with the times*. International Defense Review, Vol. nº 27, maio de 1994.
- ROSKIN, Michael G. *The Third Balkan War, and How It Will End*. Parameters, U.S. Army War College Quarterly, Vol. XXIV nº 3, outono de 1994.
- _____. *Macedonia and Albania: The Missing Alliance*. Parameters, U.S. Army War College Quarterly, Vol. XXIII nº 4, inverno 1993-94.
- SÁNCHEZ, Guillermino L. *Reflexiones sobre la Crisis de Bósnia-Herzegovina*. Revista de la Escuela Superior de Guerra – Ejército Argentino. Nº 509, abril/junho de 1993.
- THORNBERRY, Cedric. *Conflict and humanitarian action*. Zagreb: UNPROFOR News, dezembro de 1993.
- U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. *Former Yugoslavia Handbook*. Do D – 2600 – 6408 – 93. Abril 1993.
- UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PUBLIC INFORMATION. *The United Nations and the Situation in the Former Yugoslavia*. New York, julho 1995, 241 p.
- UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Information Notes on former Yugoslavia*. New York, julho de 1994, 30 p.